

# “Adaptação” assenta como “prioridade” na atual presidência portuguesa da UE, diz ministro do Ambiente

26 de Janeiro, 2021

*Líderes e responsáveis políticos de várias partes do mundo reuniram-se esta segunda-feira na cimeira online “Climate Adaptation Summit”. Organizada pelos Países Baixos, o evento teve como foco debater a agenda de adaptação global com compromissos para materializar esforços e parcerias, de forma a aumentar a resiliência em relação aos efeitos das alterações climáticas.*

Para **João Pedro Matos Fernandes**, ministro do Ambiente e da Ação Climática, este encontro põe no “centro das agendas” os “efeitos das alterações climáticas” e a “necessidade de rapidamente” se tomarem “medidas eficazes para melhorar a nossa resiliência”. E Portugal, sendo um dos países europeus mais afetados pelas alterações climáticas, a “adaptação” é o aspecto central das políticas, com um foco particular no “território” e na “gestão da água”, devido às “secas” e à “escassez de água”, atenta.

Na mensagem dirigida a todos os líderes políticos, o ministro reforça que a “adaptação” assenta como uma “prioridade” na atual presidência portuguesa do Conselho da UE. De acordo com o responsável, Portugal tem dado “passos importantes” para aumentar a capacidade de “gestão adaptativa” a nível supranacional: “Temos o orgulho de ter quase todo o nosso território coberto com planos de adaptação locais, onde as ações podem ser mais adequadas às circunstâncias locais”. Ainda nestas matérias, o país já está a trabalhar no “roteiro nacional de adaptação para o final deste século”, pretendendo-se “avaliar a vulnerabilidade do território português”, precisa. Este trabalho, diz o ministro, será a “nossa comunicação de adaptação” ao abrigo do Acordo de Paris.

Matos Fernandes sabe que a “inação excede em muito os custos da adaptação”, mas, reitera, que a “ambição de adaptação” não é uma extravagância: “É inevitável para lidar com os impactos das mudanças climáticas. Podemos usar os investimentos necessários para aumentar a resiliência, a recuperação económica e melhorar a qualidade de vida, mas também para equilibrar a justiça climática intergeracional, melhorando as perspectivas para as gerações futuras”.